



11 AÇÕES PRIORITÁRIAS

NA ÁREA DA SAÚDE

CARTA ABERTA À MINISTRA DA SAÚDE DO NOVO GOVERNO

ANADEM

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIREITO MÉDICO E BIOÉTICA



CARTA ABERTA À MINISTRA DA SAÚDE DO NOVO GOVERNO

A **Anadem (Sociedade Brasileira de Direito Médico e Bioética)**, por meio deste documento, visa reforçar posicionamentos defendidos pela instituição ao longo dos últimos anos e solicitar à futura ministra a inclusão de **11 ações prioritárias na área da saúde**, visando garantir qualidade à atuação dos profissionais da saúde e ao atendimento assistencial da população.

Nesse sentido, ressalta-se, inicialmente, a necessidade do impedimento da abertura de novas faculdades de medicina no Brasil nos próximos anos, além da fiscalização rigorosa do ensino e da atualização do currículo atual.

Com a justificativa de manter a sustentabilidade da política de formação médica no Brasil, preservando a qualidade do ensino, em 5 de abril de 2018, o Ministério da Educação (MEC) suspendeu, por meio de uma portaria, a publicação de novos editais para a criação de cursos de medicina durante cinco anos e o pedido de aumento de vagas em cursos já existentes.

A suspensão teve como suporte dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), do Ministério da Saúde e do monitoramento 2016-2019 do Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal, que revelam que o País atingiu a meta estipulada de criação de 11 mil vagas/alunos em cursos de graduação em medicina por ano. De 2013 (quando foi criado o programa Mais Médicos) a 2017, o número de vagas saltou de 19 mil para 31 mil em todas as regiões do território brasileiro, sendo 12 mil vagas a mais, por ano.

De 2010 a 2020, o número de médicos passou de 315.902 para 487.275, segundo estudo que subsidia o Plano Nacional de Fortalecimento das Residências em Saúde, lançado em 2021, em parceria entre o Ministério da Saúde (por meio da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde - SGTES), a Universidade de São Paulo (USP) e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS).

A projeção revela ainda que, em nove anos, as mulheres serão maioria entre os médicos, e mais de 80% da população desses profissionais terão entre 22 e 45 anos.

A quantidade de médicos brasileiros corrobora com a proposição da Anadem de que o programa Mais Médicos privilegie a contratação de profissionais brasileiros e formados no Brasil. Para isso, é preciso a estruturação de programas de incentivo para que esses profissionais atuem em todos os cantos do território nacional, principalmente naqueles mais distantes dos grandes centros.

Outra pauta importante, que vem sendo defendida de forma enfática pela Anadem, é a implementação do piso salarial para profissionais de enfermagem e biomédicos, bem como a redução da jornada de enfermeiros para 30 horas.

Também são mais do que necessárias e urgentes a adoção de medidas de amparo psicológico e a efetivação do auxílio indenizatório para profissionais de saúde vítimas da covid-19 ou de outras doenças transmissíveis no exercício de sua profissão.

Em relação à ciência, ressalta-se o avanço da medicina regenerativa em todo o mundo. Portanto, faz-se imprescindível a criação, no Brasil, de um programa de incentivo à pesquisa e à qualificação profissional na área. Os mais recentes dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados em novembro de 2022, revelam que a expectativa de vida dos brasileiros, ao nascer, era, em média, de 77 anos em 2021. Em 10 anos, a população brasileira ganhou 2,4 anos de vida a mais.

Além disso, é necessário que a população tenha amplo acesso à informação e se conscientize em relação aos seus direitos na área da saúde, como os relacionados ao uso de planos de saúde, no caso de doenças raras, em relação à segurança e à prevenção a acidentes de trabalho, etc.

Por fim, visando garantir a implementação de essas e outras medidas em prol de uma saúde universal e de qualidade, é fundamental a ampliação do orçamento destinado ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Brasília/DF, dezembro de 2022.

Dr. Raul Canal
Presidente da Anadem

11 AÇÕES PRIORITÁRIAS

NA ÁREA DA SAÚDE

1 PRORROGAÇÃO DA PORTARIA MEC Nº 328, DE 2018, QUE SUSPENDE A CRIAÇÃO DE NOVOS CURSOS DE MEDICINA NO PAÍS

Em 5 de abril de 2018, o MEC suspendeu, por meio de uma portaria, a publicação de novos editais para a criação de cursos de medicina durante cinco anos e o pedido de aumento de vagas em cursos já existentes.

Dados da OMS, do Ministério da Saúde e do monitoramento 2016-2019 do Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal revelam que o País atingiu a meta estipulada de criação de 11 mil vagas/alunos em cursos de graduação em medicina por ano. De 2013 (quando foi criado o programa Mais Médicos) a 2017, o número de vagas saltou de 19 mil para 31 mil em todas as regiões do território brasileiro, sendo 12 mil vagas a mais, por ano.



A Anadem, visando garantir qualidade à atuação dos profissionais da saúde e ao atendimento assistencial da população, reforça o posicionamento de não abertura de novas faculdades de medicina no Brasil, por meio da prorrogação da Portaria MEC nº 328, de 5 de abril de 2018, e a importância da infraestrutura e da excelência do corpo docente na formação dos médicos.

Atualmente, são 353 escolas de medicina em todo o Brasil. Em 190 anos, desde Dom João VI até 1998, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, foram criadas 100 faculdades. Ou seja, em menos de 25 anos, foram construídas mais 253 (a maioria sem hospitais universitários).

2 NOVAS E MAIS RÍGIDAS EXIGÊNCIAS PARA O INGRESSO NO PROGRAMA MAIS MÉDICOS

Em uma nova fase, o programa Mais Médicos deve privilegiar profissionais brasileiros e formados no Brasil. Estudo que subsidia o Plano Nacional de Fortalecimento das Residências em Saúde, lançado em 2021, pelo Ministério da Saúde (por meio da SGTES), USP e OPAS/OMS, indica que, de 2010 a 2020, o número de médicos no País passou de 315.902 para 487.275.

Além disso, para a atuação de médicos estrangeiros, é necessário manter a exigência do Revalida como pré-requisito para médicos formados no exterior, além de TOEFL (Test of English as a Foreign Language) ou similar para profissionais estrangeiros. Isso porque a fluência é fundamental para o atendimento, de modo a garantir a segurança e a qualidade assistencial.

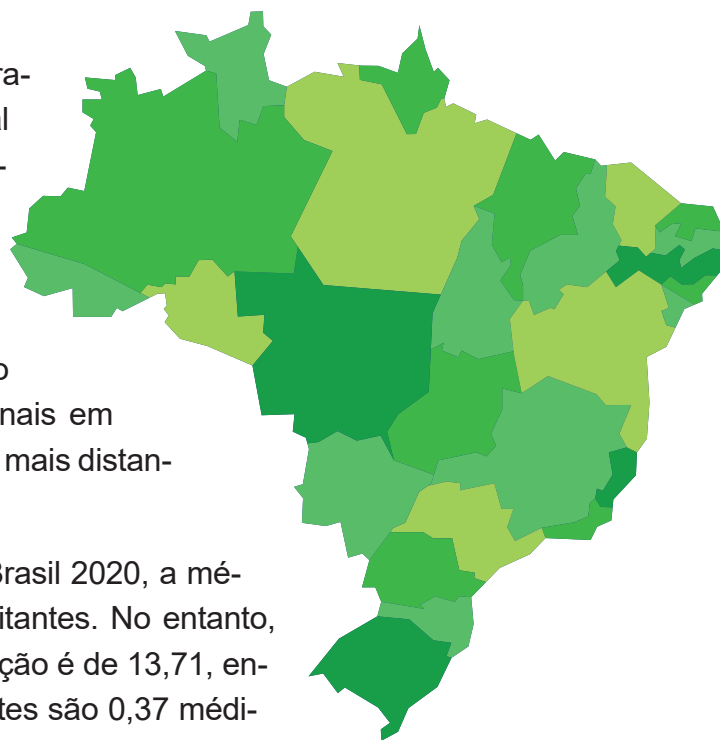


3 ESTRUTURAÇÃO DE PROGRAMA DE INCENTIVO PARA MELHOR DISTRIBUIÇÃO DE MÉDICOS NO PAÍS

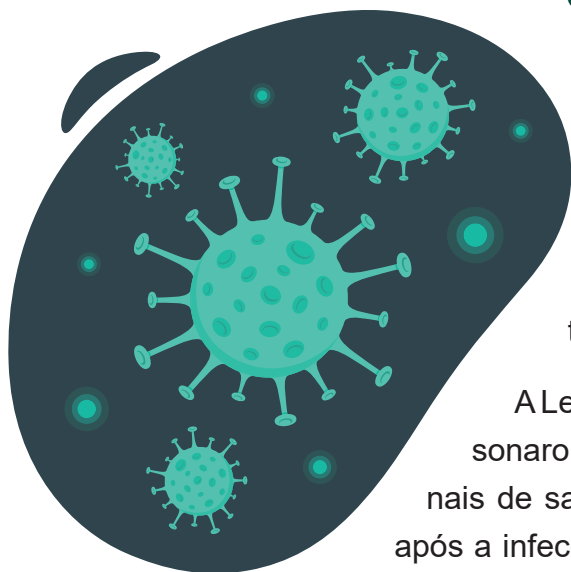
Apesar do significativo número de médicos brasileiros, ainda há uma distribuição desigual dos profissionais de saúde no território brasileiro (tanto entre as regiões quanto entre as áreas metropolitanas e o interior).

Portanto, ações de incentivo, como melhores condições de trabalho e remuneração adequada, para a atuação desses profissionais em municípios menores, menos desenvolvidos e mais distantes dos grandes centros são fundamentais.

Segundo dados da Demografia Médica no Brasil 2020, a média nacional é de 2,38 médicos por mil habitantes. No entanto, há lugares, como Vitória (ES), onde a proporção é de 13,71, enquanto em municípios com até 5 mil habitantes são 0,37 médicos por mil habitantes.



4 AMPARO PSICOLÓGICO E EFETIVAÇÃO DO AUXÍLIO INDENIZATÓRIO PARA PROFISSIONAIS DE SAÚDE VÍTIMAS DA COVID-19



Importante também é a implementação de medidas visando amparo psicológico e a efetivação do auxílio indenizatório para profissionais de saúde vítimas da covid-19 ou de outras doenças transmissíveis no exercício de sua profissão.

A Lei nº 14.128/21, sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro, prevê indenização de R\$ 50 mil para os profissionais de saúde que ficaram permanentemente incapacitados após a infecção, por terem trabalhado no atendimento direto a pacientes acometidos pela covid-19 ou por terem realizado visitas domiciliares em determinado período de tempo, no caso de agentes comunitários de saúde ou de combate a endemias. O amparo também se estende aos cônjuges ou companheiros, aos dependentes e aos herdeiros necessários, em caso de óbito.

5 PROGRAMA DE INCENTIVO À MEDICINA REGENERATIVA NO BRASIL

É essencial para a competitividade do Brasil nas áreas de ciência e inovação a criação e o incentivo de parques tecnológicos voltados à pesquisa em medicina regenerativa e células-tronco, além de ações focadas no avanço da qualificação para profissionais de saúde interessados no tema.

As Tábuas Completas de Mortalidade para o Brasil 2021, pesquisa do IBGE, revelam que a expectativa de vida dos brasileiros, ao nascer, era, em média, de 77 anos em 2021 (aumento de 2 meses e 26 dias em relação a 2020, quando era de 76,8 anos).



Ainda segundo o Instituto, com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), em dez anos, a parcela de pessoas com 60 anos ou mais passou de 11,3% para 14,7% da população. Houve aumento em todos os grupos acima dessa faixa etária entre 2012 e 2021, no entanto, o número de pessoas abaixo de 30 anos de idade no País caiu 5,4%.

Com o aumento da expectativa de vida e o envelhecimento da população, as doenças degenerativas têm crescido na sociedade. Nesse sentido, a medicina regenerativa e as pesquisas com células-tronco têm atuado na busca pela cura de diversas enfermidades, mas também visando proporcionar longevidade e mais qualidade de vida à população.

6 IMPLEMENTAÇÃO DO PISO SALARIAL PARA PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM E BIOMÉDICOS

Desde o início, a Anadem acompanha a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 11/22) que prevê o piso salarial fixo para profissionais de enfermagem e tem feito contínua mobilização em prol de mais melhorias nas condições de trabalho dos enfermeiros, pois defende suporte estrutural e psicológico para a categoria, auxílio indenizatório para profissionais de saúde vítimas da covid-19 e redução da carga horária dos enfermeiros para 30 horas.



Além disso, apoia a implementação do piso salarial para os biomédicos. Atualmente, de acordo com o Conselho Federal de Biomedicina (CFBM), são mais de 100 mil profissionais no Brasil.

7 CAMPANHA COM FOCO EM PACIENTES E USUÁRIOS DOS PLANOS DE SAÚDE PARA CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE SEUS DIREITOS

Dados referentes ao mês de setembro de 2022, divulgados na Sala de Situação, ferramenta de consulta do portal da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), revelam que os planos de saúde de assistência médica já têm mais de 50 milhões de usuários. Planos exclusivamente odontológicos também seguem em crescimento: são mais de 30 mil usuários.

É urgente uma campanha nacional para orientação de pacientes e usuários dos planos de saúde de assistência médica e odontológica para a conscientização sobre seus direitos. Por exemplo, é preciso que toda a sociedade esteja informada sobre a Lei nº 14.454/22, que, publicada em setembro deste ano, derrubou o “rol taxativo” para a cobertura de planos de saúde.

A Anadem, inclusive, manifestou publicamente seu apoio à sanção do Projeto de Lei nº 2033/22 que a orientou e que pôs fim ao caráter taxativo do rol de procedimentos da ANS, ampliando a cobertura dos planos de saúde em relação a exames, consultas, tratamentos e hospitais.

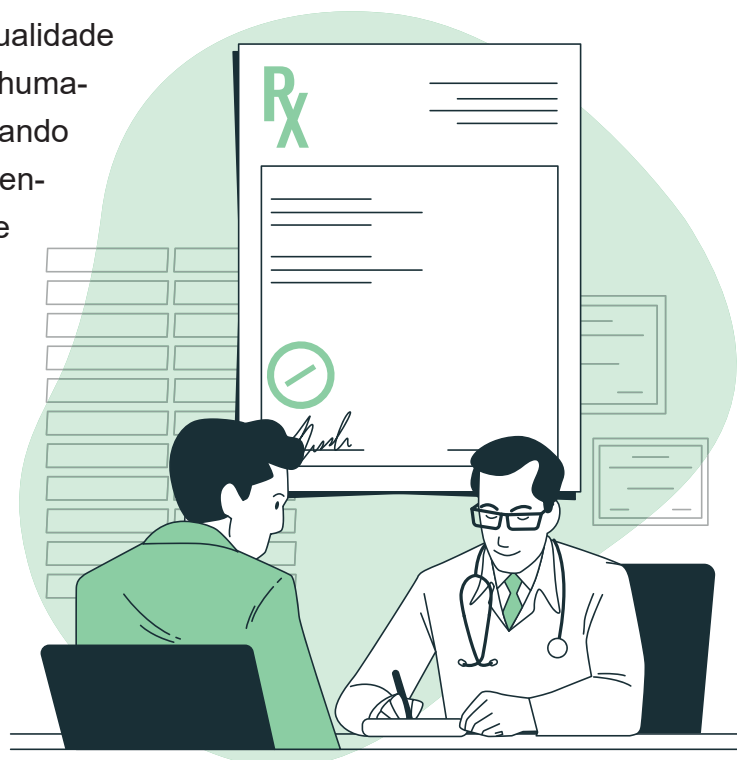


8 AÇÕES DE INCENTIVO À IMPLEMENTAÇÃO DO PRONTUÁRIO AFETIVO PARA PACIENTES EM ESTADO TERMINAL EM UNIDADES DE SAÚDE

O prontuário afetivo tem como foco a individualidade e subjetividade do paciente e o atendimento humanizado. Dessa forma, são criadas ações visando proporcionar mais proximidade e confiança entre pacientes, famílias, profissionais de saúde e hospitais.

Embora já seja utilizado em diversas UTIs e enfermarias das unidades de saúde, tanto privadas quanto públicas, é preciso mais ações de incentivo para sua implementação em todo o território nacional, por exemplo, tornando-o uma diretriz da Política Nacional de Humanização (PNH).

Trata-se de uma medida de simples execução, mas de grande impacto no tratamento

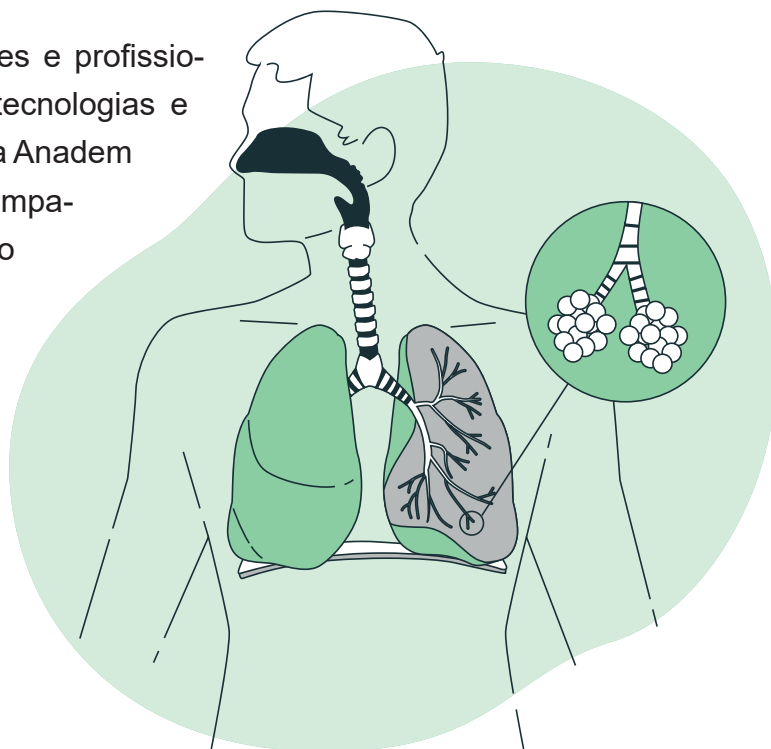


de pacientes. Além disso, a técnica, aliada aos cuidados paliativos, é de extrema importância na assistência mais humanizada aos pacientes terminais ou em estágio avançado de determinada doença.

9 CAMPANHA COM FOCO EM PACIENTES E PROFISSIONAIS DE SAÚDE QUE TRATAM DOENÇAS RARAS

No intuito de conscientizar os pacientes e profissionais de saúde sobre direitos, novas tecnologias e inovação em relação a doenças raras, a Anadem acredita ser necessária uma ampla campanha do Ministério da Saúde, em todo o País. Estima-se que doenças raras atinjam cerca de 13 milhões de brasileiros.

A campanha pode ser acrescentada à Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, que organiza desde 2014 a rede de atendimento para prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação.



Atualmente, a literatura médica reconhece 7 mil dessas enfermidades, mas para 95% dos casos não há tratamento, apenas cuidados paliativos e serviço de reabilitação. A sociedade só tem a ganhar com a ampla divulgação do tema.

10 AÇÕES PARA AMPLIAR O ACESSO A INFORMAÇÕES SOBRE SEGURANÇA E PREVENÇÃO A ACIDENTES DE TRABALHO NA ÁREA DA SAÚDE

A Anadem ressalta a importância de o Ministério da Saúde ampliar as campanhas informativas direcionadas aos profissionais e às instituições de saúde sobre segurança e prevenção a acidentes de trabalho, além de reforçar o apoio à atuação da Rede Nacional de Atenção Integral a Saúde do Trabalhador (Renast). Também é necessária a divulgação ampla de orientações a profissionais de saúde em casos de agressão durante o exercício profissional.

De acordo com dados do Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho, parceria entre o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), se considerados o conjunto de ocupações e a totalidade de comunicações de acidentes de trabalho, os profissionais do setor de atendimento hospitalar são os que tiveram a maior quantidade de notificações em números absolutos e percentuais entre 2020 e 2021.



11 AMPLIAÇÃO DO ORÇAMENTO DESTINADO AO SUS

Segundo o projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2023 (PLN 32/22), o valor do orçamento do Ministério da Saúde é de R\$ 149,9 bilhões (redução de R\$ 22,7 bilhões em relação a 2022). É imprescindível a ampliação dos recursos destinados ao SUS, de modo a permitir o seu fortalecimento, principalmente considerando que o País ainda enfrenta a pandemia da covid-19.



Com um orçamento adequado, entre outras ações, será possível criar um plano de incentivo à atuação de médicos no serviço público, com melhores condições de trabalho e infraestrutura e remunerações adequadas.

A pesquisa Demografia Médica no Brasil 2020 mostra que há uma concentração de médicos na iniciativa privada: 50,2% dos médicos atuam na iniciativa privada e no serviço público; 28,3% trabalham apenas na iniciativa privada (planos de saúde ou em consultórios particulares); e 21,5% atendem apenas no serviço público. Com isso, a força de trabalho na iniciativa privada é de 78,5% e, no serviço público, 71,7%.

A Anadem também reforça a necessidade de criação de medidas que contribuam para a expansão e o aperfeiçoamento de ações preventivas às doenças, fazendo que deixemos de ter um “Ministério da Doença” para que tenhamos, de fato, um Ministério da Saúde.



DIRETORIA EXECUTIVA



Raul Canal

Presidente



Rodrigo Canal

Vice-presidente



Luís Flávio Carvalhais

Vice-presidente de
Segurança do Paciente
e Riscos Assistenciais



Waldy Fernandes

Diretor Jurídico



Ione Medeiros

Diretora Financeira



Alexandre Lemos

Diretor Comercial



Paloma Furtado

Diretora
Administrativa



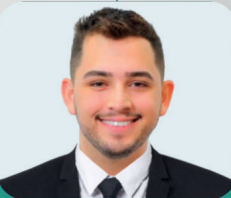
José Ramalho

Diretor de Gestão e
Planejamento Estratégico



José Lira

Diretor de Compliance
e Presidente do
Conselho Fiscal



Andrew Simek

Diretor de
Comunicação



José Mauro

Diretor de
Projetos Especiais



Luis Vargas

Diretor Comercial
do Cirurgia Segura



Daniela Franco Bueno

Diretora de Estudos
e Pesquisas da Universidade
Corporativa Anadem - UCA

ANADEM

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIREITO MÉDICO E BIOÉTICA

Central de Atendimento 24 horas: 0800-61-3333

SHS Quadra 02 - Bloco J - Sala 103 - CEP 70322-901 - Mezanino - Brasília (DF)

www.anadem.org.br

 @anademoficial

 /anademoficial

